

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil



**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquivologia no Brasil

Solange Machado de Souza

A pós-graduação *stricto sensu*, com foco em Arquivologia, era um anseio da classe arquivística. E, mais do que um desejo pontual ou um sonho coletivo, era uma necessidade premente, objetiva, que contribuirá para a consolidação da Arquivologia no Brasil.

O mestrado possibilitará o aprofundamento da área e, conseqüente, o avanço da pesquisa voltado especificamente para a Arquivologia, capacitando o profissional para uma atuação embasada, fundamentada em pesquisa científica. Sobre esse grau de formação, destaca-se que

A pós-graduação *stricto sensu* é o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. Ela se subdivide em dois ciclos: mestrado e doutorado. Ambas compreendem a definição de pós-graduação *stricto sensu*, com a diferença no grau de profundidade dedicado ao estudo do objeto de pesquisa. Embora representem um escalonamento na pós-graduação, esses cursos podem ser considerados relativamente autônomos. Isto é, o mestrado não constitui obrigatoriamente requisito prévio para inscrição em um curso de doutorado. (BRASIL, 2009)

Para Souza (2011), a produção de pesquisa na graduação é inexpressiva, deixando uma lacuna não apenas na formação do arquivista, mas na área arquivística que carece, como qualquer área do conhecimento, de pesquisa científica.

Outro fator que é importante destacar na formação dos arquivistas no Brasil é a quase inexistência de atividade de pesquisa científica. Alguns cursos não implantaram a exigência da elaboração da monografia de final de curso, o que afeta e compromete a produção e a difusão de novos conhecimentos. (SOUZA, 2011, p. 97)

Szlejcher (2011, p. 48, tradução nossa) destaca que essa formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu* é um “[...] espaço privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa. É, portanto, um espaço fundamental para o arquivista como produtor de conhecimento. Não esquecendo que o início dos projetos de pesquisa deve estar presente na graduação”.

A pós-graduação *stricto sensu*, nas modalidades de mestrado acadêmico ou mestrado profissional, favorece o fomento de novas pesquisas científicas, contribuindo para que respostas, a novos e antigos problemas, sejam apresentadas à sociedade.

Segundo Marques e Roncaglio (2012, p. 87), a produção científica na área arquivística vem crescendo. Elas afirmam,

[...], há crescente desenvolvimento científico da disciplina arquivística no âmbito da graduação e pós-graduação; tendência de formação específica relacionada aos arquivos e à Arquivologia na pós-graduação; e difusão dessa produção científica, com temáticas específicas publicadas por meio de livros, capítulos de livros, artigos e comunicações em eventos.

Lopes (2009) deixou registrada a importância da pesquisa para a valorização do arquivista e da Arquivologia.

Postulei, em meus livros, uma mudança do perfil do profissional, razão da constatação da existência de visões inadequadas sobre o problema. Pouco a pouco, chegou-se à ideia do arquivista como produtor de conhecimentos, como um pesquisador, um especialista na informação registrada de atribuição arquivística. Sei que isto, para ser implantado, levará algum tempo. Ter-se-á que vencer resistências e compreender a necessidade da reciclagem profissional. (LOPES, 2009, p. 56)

E mais,

A constante realização de investigações teóricas e aplicadas é o único meio de se conceber a arquivística como disciplina do conhecimento científico. Práticas arquivísticas, de qualquer natureza, que não se baseiem em conhecimento adquirido por meio de uso de metodologia de pesquisa tendem a ser insustentáveis sob o ponto de vista teórico e comprometedoras para a imagem da profissão. (LOPES, 2009, p. 363, grifo nosso)

O mestrado profissional é uma experiência recente no Brasil, regulamentado pela Portaria Normativa n.º 7, de 22 de junho de 2009. É uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, equiparada ao mestrado acadêmico, que

[...] responde a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo mestrado acadêmico e não se contrapõe, sob nenhum ponto de vista, à oferta e expansão desta modalidade de curso, nem se constitui em uma alternativa para a formação de mestres segundo padrões de exigência mais simples ou mais rigorosos do que aqueles tradicionalmente adotados pela pós-graduação. (BRASIL, 2014a)

A opção pelo mestrado profissional, por parte dos estudantes, dependerá de maior divulgação e esclarecimentos por parte das instituições formadoras sobre essa modalidade de pós-graduação *stricto sensu*.

O mestrado com foco em Arquivologia: antecedentes mediatos

O cenário arquivístico brasileiro, após os anos de 1990, sofreu importantes avanços. Jardim (2011, p. 58) elenca alguns elementos que marcaram positivamente esse período:

- a. a dimensão legal do acesso à informação arquivística contemplado na Constituição de 1988, na Lei de Arquivos (Lei 8.159, de 09 de janeiro de 1991) e outros instrumentos;
- b. as demandas sociais pela transparência da administração pública e o acesso à informação governamental;
- c. a politização do debate sobre os arquivos, apesar da quase inexistência de políticas públicas arquivísticas;
- d. a reconfiguração do associativismo profissional;
- e. a emergência de parâmetros tecnonormativos;
- f. a diversidade de concursos públicos, legitimando a profissão de arquivista no Estado;
- g. Em relação ao ensino e a pesquisa, vale observar a ampliação;
- h. dos canais para a formação de arquivistas (fundamentalmente, a graduação, algumas experiências de pós-graduação *lato sensu* e a ausência de pós-graduação *stricto sensu*);
- i. dos eventos científicos na área;
- j. da produção de conhecimento nas universidades;
- k. do número de doutores, na universidade, envolvidos com a docência em Arquivologia;
- l. da difusão do conhecimento arquivístico.

Outros autores também registraram esse avanço da Arquivologia. Souza (2012, p. 7) ressalta o aumento dos cursos de graduação em Arquivologia.

Tenho acompanhado a evolução da Arquivologia no Brasil desde o final da década de 1980, e posso afirmar que temos vivido um momento muito interessante e importante na área. Não se trata de uma construção fortuita, mas de algo que é fruto de um movimento muito significativo iniciado nos últimos vinte anos. A expansão do ensino da Arquivologia pelas universidades brasileiras foi aos poucos consolidando uma reflexão sobre temas fundamentais da área. É perceptível o aumento de pesquisas, aprofundando e verticalizando discussões que podem levar a soluções para problemas impostos pelas velhas e novas configurações das organizações brasileiras, ambiente privilegiado do objeto de estudo da Arquivística.

Atualmente são dezesseis os cursos de graduação em Arquivologia, treze em instituições federais e três em instituições estaduais, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Cursos de Arquivologia/universidades públicas do Brasil

Sigla	Nome da Instituição Federal	Estado/ Região
2 UnB	Universidade de Brasília	DF/Centro Oeste
3 UFAM	Universidade Federal do Amazonas	AM/ Norte
4 FURG	Universidade Federal de Rio Grande	RS/Sul
5 UFF	Universidade Federal Fluminense	RJ/Sudeste
6 UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	ES/Sudeste
7 UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	MG/Sudeste
8 UFBA	Universidade Federal da Bahia	BA/Nordeste
9 UFPB	Universidade Federal da Paraíba	PB/Nordeste
10 UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS/Sul
11 UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	RS/Sul
12 UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	SC/Sul
13 UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ/Sudeste
14 UFPA	Universidade Federal do Pará	PA/Norte
Sigla	Nome da Instituição Estadual	Estado/ Região
1. UEL	Universidade Estadual de Londrina	PR/Sul
2. UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília)	SP/Sudeste
3. UEPB	Universidade Estadual da Paraíba	PB/Nordeste

Fonte: adaptado de Flores, Pedrazzi e Rodrigues (2012, p. 166).

Dos dezesseis cursos identificados acima, três são da década de 1970: UNIRIO, UFSM e UFF. Nos anos de 1980 nenhum curso foi criado. (SOUZA, 2012, p. 136) Entretanto, a partir de 1991, com o início do curso na Universidade de Brasília, inaugura-se um novo período para o ensino da graduação em Arquivologia com a criação de treze novos cursos de graduação, com representação em todas as cinco regiões do Brasil.

Embora se evidencie a existência de cursos de Arquivologia em todas as regiões geográficas brasileiras, quatorze estados ainda não possuem essa graduação em suas universidades, a saber: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins na Região Norte; Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul na Região Centro-Oeste; Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte na Região Nordeste.

Vale ressaltar que a região Sudeste é a que possui maior concentração de cursos de graduação, em número de cinco, com representação em todos os estados que a compõe. Já a região Centro-Oeste, com menor representatividade de cursos na área arquivística, conta com apenas um curso de graduação em Arquivologia no Distrito Federal.

Com o aumento do número de instituições de ensino nos anos de 1990 e, consequentemente, crescimento das pesquisas realizadas nas universidades, o campo da Arquivologia cresce objetivando atender às demandas da sociedade, bem como substanciar as pesquisas necessárias ao desenvolvimento de conhecimento científico na área.

O crescimento da área arquivística não visa atender apenas às necessidades de um fazer voltado para uma prática pontual, vai além. Para Jardim (2012a, p. 136),

Num quadro histórico de alterações frequentes do ponto de vista científico, tecnológico, organizacional, político, etc., a pesquisa em Arquivologia se faz cada vez mais necessária. A partir desse momento é preciso produzir conhecimento não apenas para as motivações mais imediatas de gestão arquivística, mas também para os cenários em vias de emergir. Não se trata mais apenas de produzir conhecimento para um programa de classificação arquivística a ser estabelecido nos próximos dois anos. Agora é preciso também investigar e obter respostas que reorientem esses programas de classificação nos médios e longos prazos, em um quadro das redes de informação, face aos usos remotos dos acervos, políticas e práticas de governo aberto, por exemplo. Atuar com eficiência sob essa dinâmica requer investimento em pesquisa.

E mais, Jardim (2012a, p. 139) acrescenta que,

Trata-se, portanto, nessa perspectiva, da Arquivologia enquanto disciplina científica que requer uma atitude científica sem, no entanto, que se resvale para uma interpretação cientificista redutora. Trata-se de uma Arquivologia que superou a era dos manuais e não merece ser interpretada apenas como um conjunto de normas

É nesse contexto de crescimento dos cursos nas universidades brasileiras e, também, do incremento da pesquisa na área, principalmente nas duas últimas décadas, que uma importante demanda se consolida: a criação de curso de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia.

O mestrado com foco em Arquivologia: antecedentes imediatos

Como relatado, no item anterior, os cursos de Arquivologia proliferam em todas as regiões do país a partir de 1990, e um número cada vez maior de profissionais estão concluindo a graduação a cada ano. Evidencia-se uma busca pelo aprimoramento da formação e pelo desenvolvimento da pesquisa, levando os arquivistas aos cursos de pós-graduação.

A formação em arquivística se efetua em dois níveis, graduação e pós-graduação, mas Carol Couture aponta três. O primeiro apresenta os 'aspectos cognitivos básicos' para o manuseio dos documentos arquivísticos. O segundo capacita o arquivista para o mercado com tarefas próprias de elaboração de projetos e de gestão dos arquivos. O enfoque do terceiro nível se vincula à pesquisa. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998) O primeiro nível capacita os auxiliares ou técnicos, o segundo, os arquivistas propriamente ditos e o terceiro, os estudantes de pós-graduação. [...]. (SOUZA, 2011, p. 82)

A pesquisa, desenvolvida na pós-graduação, é considerada como elemento basilar, fundamental, para a estruturação de um campo do saber. Olivera e colaboradores (2012, p. 34, tradução nossa) ressaltam,

Não obstante, apesar dos avanços e desenvolvimentos a arquivística tem diante de si dois desafios para a sua consolidação. Se reconhecemos que no progresso de toda disciplina científica existem duas atividades de caráter essencial – a criação de conhecimento com a conseqüente difusão e sua aplicação posterior – temos que concluir que a arquivística deve apostar num modelo em que a investigação e a inovação sejam vistas como atividades intrínsecas e que se desenvolvem de forma sistemática. O esforço realizado nas últimas décadas pela melhora da situação da arquivística deve complementar-se agora com uma maior ênfase na investigação e na transferência dos resultados da investigação. [...].

A realidade nos indica, entretanto, que estamos longe desse nível, como demonstra a análise da produção científica que emerge dos poucos estudos sobre investigação arquivística com que contamos.

A não existência de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia fez com que os profissionais, graduados em Arquivologia, buscassem a pós-graduação em outras áreas. Fonseca (2005) aponta a pós-graduação em Ciência da Informação como sendo o curso mais procurado pelos arquivistas.

a partir do final dos anos 1980, sobretudo, desenvolve-se um novo processo e um novo lócus de produção do conhecimento arquivístico, identificados com

a pesquisa de pós-graduação, em especial com programas de pós-graduação em ciência da informação. (FONSECA, 2005, p. 11)

Sobre a pós-graduação em Ciência da Informação, Fonseca (2005) enumera a distribuição desses cursos no Brasil informando que foi, a partir da década de 1990, que se consolidou o espaço político acadêmico da Arquivologia na universidade. Nesse período a pesquisadora observou, dentre outros fatores,

maiores possibilidades de áreas de concentração em Arquivologia nos cursos de pós-graduação existentes. Não se pode falar em aumento na oferta de cursos de pós-graduação na área arquivística, seja no âmbito dos cursos *lato sensu* ou *stricto sensu*, mas observa-se maior abertura dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em ciência de informação para tratar de questões relativas aos arquivos e à informação arquivística. Nesse aspecto destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, que mantém uma linha de pesquisa, denominada ‘informação orgânica’, voltada para questões relativas à informação arquivística. Destaca-se, também, o programa do DEP/Ibict, por cujos cursos de mestrado e doutorado passou um grande número de docentes com titulação de mestre e doutor dos cursos de Arquivologia no Brasil, o que certamente contribuiu para a definição de uma linha de pesquisa denominada ‘teoria epistemológica e interdisciplinaridade da ciência [sic] da informação’. No caso da UnB, a maioria dos docentes com pós-graduação em ciência da informação obteve seus títulos em universidades estrangeiras ou na própria Unb. Outras iniciativas merecem referência: o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG tem a informação arquivística como subtema da linha de pesquisa ‘informação e sociedade’; e o Mestrado em Memória Social e Documento, da Uni-Rio, é também, uma opção para os que se dedicam à reflexão das questões ligadas à Arquivologia. (FONSECA, 2005, p. 71, grifo do autor)

Aos quatro cursos de pós-graduação em Ciência da Informação, apontados em 2005, no Brasil, somaram-se outros sete cursos de pós-graduação em Ciência da Informação em 2012.

Na área da ciência da informação há 11 programas de pós-graduação, sendo 5 com mestrado e doutorado. Nenhum desses programas conta com linha de pesquisa que contemple especificamente a Arquivologia.

Observa-se um número considerável de dissertações e teses produzidos nos programas de pós-graduação, em especial em ciência da informação, com temáticas voltadas ou, pelo menos, relacionadas à Arquivologia.

A ausência de um programa de mestrado e doutorado em Arquivologia parece ter provocado, nos últimos 15 anos, uma procura, por parte dos arqui-

vistas, de programas de pós-graduação de outras áreas, sobretudo em ciência da informação.

Essa demanda, em menor escala, também foi direcionada a programas de pós-graduação em história, administração, educação, engenharia de produção etc. Em nenhum desses casos essa procura parece resultado de sinais evidentes de uma perspectiva interdisciplinar por parte desses programas em relação à Arquivologia. (JARDIM, 2011, p. 66)

Abordando a temática, Marques e Rodrigues (2011, p. 82, grifo do autor) afirmaram que “Embora ainda não exista um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia no país, há um número significativo de dissertações e teses com temas relacionados aos arquivos e à disciplina”.

Entretanto, pondera-se que os anseios da classe arquivística não são plenamente satisfeitos nos cursos existentes em outras áreas. As bases teóricas arquivísticas, que carecem de pesquisa, não são devidamente contempladas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação e nos demais cursos de outras áreas do conhecimento. Para Costa (2012, p. 447),

O conhecimento produzido pelos atores do campo arquivístico no Brasil favorece, junto às agências de fomento, os programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, nas esferas quantitativa e qualitativa. Todavia, a Arquivologia e seu arcabouço teórico-metodológico parecem não ser plenamente abordados pela ciência da informação, ou seja, as temáticas arquivísticas não se encontram nas agendas de pesquisa, embora os programas de pós-graduação em ciência da informação aceitem pesquisas com estas temáticas.

Para Marques e Rodrigues (2011) a inexistência de cursos de pós-graduação em Arquivologia evidencia a fragilidade da área, mesmo havendo o desenvolvimento de pesquisas, com abordagens arquivísticas, em outras áreas do conhecimento. É das pesquisadoras a afirmação a seguir:

Mesmo não existindo no Brasil, programas de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia (*o que parece indicar uma fragilidade do campo*), são desenvolvidas dissertações e teses com temáticas arquivísticas em programas de pós-graduação de várias áreas, a partir de 1972, [...]. (MARQUES; RODRIGUES, 2011, p. 82, grifo nosso)

Silva (2009) realizou pesquisa sobre a produção de teses e dissertações, com temática arquivística, registradas no banco de teses do portal de periódicos da Capes. Ficou constatado que dos 97 trabalhos realizados, entre dezembro de 2007 e março de 2008: 43% vinculam-se à

ciência da informação; 17,5% a história; 7% a educação; 6% a administração; e 5% a memória social e documento.

É de Jardim (2011, p. 68) a seguinte argumentação,

A oferta de mestrados em Arquivologia provocariam uma alteração nesse quadro? Possivelmente sim, a médio e longo prazos. Trata-se, portanto, de uma demanda a ser considerada na pauta da discussão sobre os rumos do campo arquivístico no Brasil. Enquanto não contarmos com programas de pós-graduação *stricto sensu* na área, dificilmente a pesquisa em Arquivologia no Brasil terá uma [sic] papel central na institucionalização do próprio campo.

Por outro lado, em termos de produtividade científica, constata-se atualmente uma produção de teses e dissertações que favorece outras áreas e não a Arquivologia. Esta, por sua vez, perde em possibilidades de sua institucionalização como campo científico.

Evidenciam-se os benefícios de uma formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* para a área Arquivística no Brasil.

Quatro décadas depois da implantação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, a busca pela pós-graduação *stricto sensu* mostra-se como um dos caminhos fundamentais para se ampliar as fronteiras do ensino e da pesquisa da área no país. Trata-se de um requisito para que se alcance novos patamares no processo de institucionalização da Arquivologia como campo científico no Brasil. Além disso, não se pode negligenciar os evidentes sinais de que o país requer arquivistas cada vez mais qualificados, capazes de responder às demandas mais diversas da sociedade e do estado brasileiro. (JARDIM, 2012b, p. 193, grifo do autor)

As reflexões desenvolvidas, voltadas para o crescimento da Arquivologia, fomentaram e alimentaram o desejo pela criação do mestrado profissional em Arquivologia no Brasil. Muitos foram os pesquisadores e profissionais envolvidos nesse processo de ampliar os níveis de formação do arquivista, processo esse iniciado na década de 1970 quando da organização dos primeiros cursos de Arquivologia no Brasil.

O mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos

A primeira Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (I REPARQ) realizada em Brasília, entre os dias 7 e 9 de junho de 2010, organizou-se em torno de três vertentes fun-

damentais: 1. pesquisa e formação arquivística no mundo atual; 2. dimensões particulares da pesquisa em Arquivologia, incluindo a pós-graduação no Brasil; e, 3. situação atual do ensino e da pesquisa nos cursos de Arquivologia no Brasil.¹

Dentre as deliberações da I REPARQ, destacamos a

Criação de um grupo de trabalho para estudar a criação de um curso de mestrado em Arquivologia e eleição de seus membros: professor José Maria Jardim (UnRio), presidente; professora Georgete Medleg Rodrigues (UnB), Telma Madio (Unesp), Maria do Rocio Teixeira (UFRGS), Denise Molon (UFSM) e Ana Célia Rodrigues (UFF). (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011, p. 444)

Jardim (2012b, p. 182), referindo-se a esse momento de reflexão em torno da Arquivologia, na I REPARQ, apontou para uma das necessidades objetivas da pós-graduação na área – a qualificação dos arquivistas.

Na I Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia REPARQ, realizada na UnB, de 6 a 9 de junho de 2010, com a participação de coordenadores de todos os cursos de graduação em Arquivologia do país, decidiu-se pela Criação de um Grupo de Trabalho (GT) para estudar a criação de um curso de Mestrado *stricto sensu* em Arquivologia, reconhecendo-se a *premência em ampliar o país de novas possibilidades na qualificação dos profissionais do campo arquivístico*. (JARDIM, 2012b, p. 182, grifo nosso)

O Grupo de Trabalho, formado na I REPARQ, optou por apresentar proposta à criação de uma pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade Mestrado Profissional.

Ainda que fosse possível atender às exigências da CAPES, especialmente das diretrizes das ciências sociais aplicadas, para a proposta de um Mestrado Acadêmico, optou-se pelo modelo de Mestrado Profissional. Favoreceu esta decisão as possibilidades oferecidas pelo modelo de Mestrado Profissional no corpo das políticas públicas de pós-graduação e suas perspectivas e a ênfase no mercado de trabalho. Neste sentido, a Portaria do MEC que dispõe sobre o Mestrado Profissional destaca ‘a necessidade de atender, particularmente nas áreas mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo, a demanda de profissionais altamente qualificados.’ Outro fator relevante – especialmente considerando o caráter aplicado da Arquivologia – refere-se à

¹ Informação registrada na introdução do livro *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras*, assinada pela presidente da comissão organizadora da I REPARQ, prof. Georgete Medleg Rodrigues.

produção de trabalhos de conclusão de curso com qualidade acadêmica, porém não necessariamente restritos a uma dissertação. (JARDIM, 2012b, p. 188)

A proposta consolidou-se e, dois anos após a I REPARQ, não sem a realização de intenso trabalho por parte dos professores da área arquivística do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, cria-se o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, com a implantação do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (MPGA).

Os instrumentos legais para a criação do MPGA foram: Processo de n.º 23102.001223/2012-93, de acordo com a Resolução UNIRIO n.º 3898, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e implantação do Curso de Mestrado Profissional; Resolução UNIRIO n.º 2.937, de 02 de julho de 2008; Recomendação n.º 07/2008, do Ministério Público Federal; Ofício Circular n.º 0489/2008/PR/CAPES; Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009; e Decreto n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 1)

O primeiro mestrado na área arquivística tornou-se realidade no ano de 2012. E, os seis objetivos do MPGA foram assim descritos:

- I – formar mestres altamente qualificados para a gestão de documentos e arquivos em serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, atendendo as diversas demandas sociais, profissionais e organizacionais;
- II – favorecer os diálogos interdisciplinares da Arquivologia com outras campos de conhecimento, atendendo aos interesses de profissionais de diversas áreas das ciências humanas e sociais e que desejam aprofundar conhecimentos sobre a gestão de documentos e arquivos;
- III – estimular a produção de conhecimento arquivístico e sua aplicação com bases científicas em vários ambientes organizacionais, nos setores público e privado, e acadêmicos;
- IV – fomentar estudos e debates sobre a gestão de documentos e arquivos no plano nacional e internacional, com ênfase nas realidades de países latino-americanos e africanos de língua portuguesa;
- V – favorecer o desenvolvimento inovador de processos produtos e serviços arquivísticos, de forma a contribuir para a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas e o uso social, científico e tecnológico da informação arquivística;
- VI – colaborar para a ampliação e consolidação do campo científico de Arquivologia em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, cognitivos, jurídicos e éticos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, c2010)²

2 Regulamento do curso de Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

A área de concentração do MPGA e as duas linhas de pesquisa resultaram de análises voltadas para as necessidades da área arquivística no Brasil e da constatação da produção científica dos professores que comporiam o quadro docente do curso.

Área de concentração: Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea.
 A gestão de documentos e arquivos é imprescindível para que as informações arquivísticas favoreçam efetivamente o desenvolvimento científico e tecnológico, a eficácia e eficiência das organizações públicas e privadas, a governança democrática, a transparência, a cidadania e o direito à memória, entre outras possibilidades. Presente em diversas configurações históricas, a informação arquivística assume, num cenário informacional em constantes transformações, novas dimensões para os indivíduos e diversas coletividades. A gestão dos arquivos encontra suas referências na Arquivologia contemporânea e nos diálogos que esta constrói com outros campos de conhecimento. Neste quadro complexo e diversificado, são identificados e analisados parâmetros arquivísticos macro-gerenciais e infra-informacionais, objetos de transformações organizacionais e epistemológicas desde o século XIX, passando pelo modelo de gestão de documentos do século XX. Reconhecendo-se esse quadro histórico, investiga-se a emergência de novos modelos de gestão de arquivos no século XXI, sob a marca da inovação e face às demandas de diversos setores da Sociedade e do Estado. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 11)

Informação sobre as linhas de pesquisa podem ser visualizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Linhas de pesquisa

Linha de pesquisa:	Arquivos, Arquivologia e sociedade
Identifica os arquivos e a Arquivologia como processos e produtos histórico-sociais, buscando-se analisá-los nas suas dimensões contemporâneas. Os arquivos são reconhecidos como fontes de transformação social, uma vez que seus conteúdos favorecem o acesso a direitos coletivos e individuais e ao estabelecimento de deveres e de ordenamentos sociais. Devidamente gerenciados e socialmente disponíveis, os arquivos provocam e são influenciados por novas e frequentes representações e demandas sociais. São também estudadas as configurações epistemológicas contemporâneas da Arquivologia e suas interlocuções com outros campos científicos. Tais diálogos requerem da Arquivologia não apenas intensificar e renovar os diálogos com História, o Direito e a Administração, mas também a ampliá-los em direção à Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Políticas Públicas, Informática, Educação, Ciência da Informação, Estudos da Memória e do Patrimônio, etc.	
Linha de pesquisa:	Gestão da Informação arquivística
Investiga as operações, procedimentos e sujeitos envolvidos nos processos arquivísticos, considerando a diversidade de contextos organizacionais na produção e uso dos arquivos. Estuda os vários aspectos relacionados à gestão de serviços e instituições arquivísticas, assim como o desenho, implantação e avaliação de políticas, programas e projetos arquivísticos nos setores público e privado. Reconhece e analisa, com vistas à inovação, modelos consolidados e emergentes de gestão de documentos, administração de arquivos permanentes, preservação e acesso à informação. Relaciona parâmetros gerenciais, técnico-científicos e tecnológicos de gestão da informação arquivística com modelos de gestão do conhecimento organizacional.	

Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2012, p. 11).

Espera-se que, em médio e longo prazo, haja um aumento quantitativo e qualitativo das pesquisas em Arquivologia no Brasil, fruto dos trabalhos produzidos nesse primeiro programa de mestrado e, quiçá, em outros programas que venham a ser criados. Os resultados que advirão das pesquisas justificarão todo o empenho despendido pelos profissionais envolvidos com a Arquivologia no Brasil nas últimas quatro décadas de nossa recente história acadêmica e que, com muita clareza, visualizaram essa possibilidade.

Espera-se, também, que o MPGA alcance os objetivos propostos em seu regulamento e que os alunos estejam engajados nessa iniciativa de forma a responder, com excelência, às demandas implicadas no processo e requeridas pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos.

Perfil dos alunos da primeira turma do mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos

Com a finalidade de preencher até vinte (20) vagas oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) foi publicado o Edital n.º 1, em 16 de abril de 2012.

O processo para ingresso no programa finalizou no dia 12 de julho de 2012, com a aprovação de dez (10) candidatos de um total de trinta e cinco inscrições homologadas. Na prova escrita, realizada em 30 de maio de 2012, foram aprovados treze candidatos e, na prova oral, dez (10) candidatos. A prova de língua estrangeira (inglês ou espanhol) não reprovou nenhum dos dez (10) candidatos aprovados nas etapas anteriores e, o resultado final do processo se deu em 3 de julho de 2012. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013)

O Quadro 3 apresenta a relação dos aprovados no processo seletivo do MPGA e a cidade/estado de origem de cada um deles.³

Quadro 3 – Relação dos alunos aprovados e a cidade/estado de residência

Candidato Aprovado	Cidade/ Estado de Residência
1. Bruno Ferreira Leite	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
2. Djalma Mandu de Brito	Duque de Caxias/Rio de Janeiro
3. Fabiane Silva Martins	Belford Roxo/Rio de Janeiro
4. Francisco José Tavares do Nascimento	Niterói/Rio de Janeiro

³ As informações pessoais, registradas no presente trabalho, foram fornecidas mediante aplicação de questionário, entre os dias 5 e 13 de janeiro de 2012, e sua divulgação permitida pelos respondentes.

5.	Márcia Rodrigues Pessoa	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
6.	Mariana Batista do Nascimento	Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro
7.	Paola Rodrigues Bittencourt	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
8.	Solange Machado de Souza	Vila Velha/ Espírito Santo
9.	Thiago de Oliveira Vieira	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro
10.	Tiago Braga da Silva	Serra/ Espírito Santo

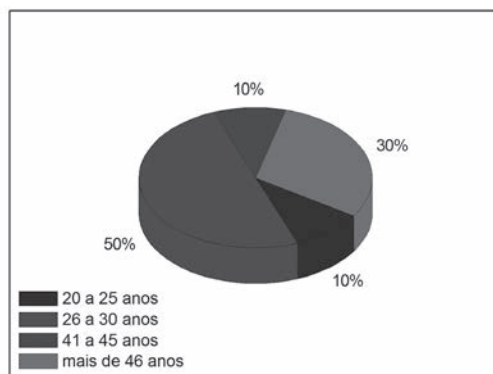
Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2012).

Ficou explicitado no Quadro 3 que 80% dos alunos residem no estado do Rio de Janeiro, em quatro diferentes municípios: Rio de Janeiro, Niterói, Belford Roxo e Duque de Caxias. Do estado do Espírito Santo há dois representantes, 20% do total de alunos, e que residem nas cidades de Serra e Vila Velha.

Em relação ao gênero, verifica-se uma igualdade na distribuição, 50% são do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

A idade dos alunos matriculados no MPGA ficou distribuída conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária

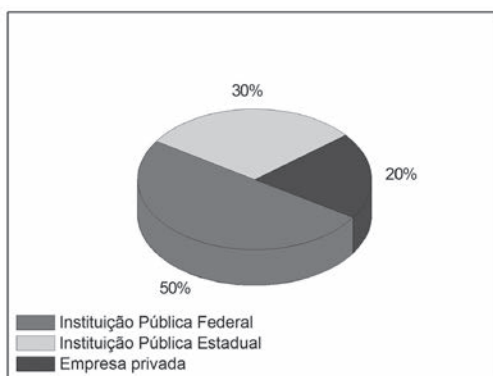


Fonte: elaborado pela autora.

A maioria, 50%, está na faixa etária compreendida entre 26 e 30 anos; 30% possuem mais de 45 anos. Entre 20 e 25 anos e 41 e 45 anos, apenas 10% em cada faixa etária.

Com relação à inserção no mercado de trabalho, 100% da turma encontra-se em atividade laboral. O Gráfico 2 revela que 50% trabalham em instituições públicas federais, 30% em instituições públicas estaduais, 20% em empresa privada.

Gráfico 2 – Campo de atuação

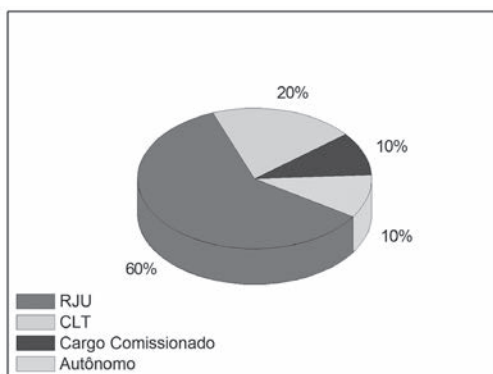


Fonte: elaborado pela autora.

Vale ressaltar que dos cinco alunos, 50%, que atuam em instituições públicas federais: 30% atuam como arquivistas no Arquivo Nacional, e 20% são docentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Dos outros cinco alunos: 30%, três alunos, exercem atividade na esfera estadual (um aluno atua em arquivo e dois alunos em escolas do estado do Rio de Janeiro); 20% trabalham como arquivista em empresa privada.

Quando perguntado sobre *qual o tempo de atuação profissional na instituição/empresa atual?* 40% declararam o período compreendido entre seis e oito anos; e, nas opções – menos de um ano, 2 a 4 anos, e mais de 10 anos – 20% dos respondentes assinalaram cada uma das opções. O vínculo empregatício dos alunos pode ser verificado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Vínculo empregatício



Fonte: elaborado pela autora.

Ao Regime Jurídico Único (RJU) estão vinculados 60% dos alunos, cinco na esfera federal e um na esfera estadual; e, à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), 20%. Os 20% restantes – que possuem cargo comissionado e prestam serviço autônomo – atuam em empresas públicas estaduais.

Em relação à carga horária diária de trabalho: 80% trabalham 8 h/dia; 10% trabalham 6h/dia; e, 10% tem jornada de 4 h/dia.

No que concerne à formação profissional, em nível de graduação: 60% possuem graduação apenas em Arquivologia; 10% graduação em Arquivologia e História; 10% em Arquivologia e Direito; um aluno, 10%, indicou os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Geografia; e 10%, é graduado em História e não possui formação em Arquivologia. Do total de alunos, 90% tem o curso de bacharel em Arquivologia.

Das quatorze (14) graduações indicadas, doze foram realizadas em universidades públicas, onze de âmbito federal e uma estadual. Dois alunos, 20%, cursaram Direito e História em faculdades particulares. O Quadro 4 apresenta a dispersão dos alunos nas várias graduações apontadas e a instituição responsável pela oferta do curso.

Quadro 4 – Local de realização dos cursos de graduação

	UNIRIO	UFF	UFES	UERJ	Univ. Gama Filho	Soc. Unif. de Ensino Sup. e Cult.
Arquivologia	5	2	2	-	-	-
História	-	-	-	1	1	-
Biblioteconomia	-	-	1	-	-	-
Direito	-	-	-	-	-	1
Geografia	-	-	1	-	-	-

Fonte: elaborado pela autora.

Importante ressaltar que dos nove alunos que cursaram Arquivologia, oito finalizaram a graduação nos últimos dez anos, entre 2003 e 2011. Apenas um aluno concluiu o curso, na UFF em 1986. Evidenciou-se, também, que 50% dos alunos cursou Arquivologia na UNIRIO, universidade com maior representatividade no corpo discente, 50%; seguindo-se a UFF e a UFES com 20% de representatividade.

Em resposta à pergunta *já realizou curso de pós-graduação em nível de especialização?* 80% assinalaram a opção Sim. Os cursos realizados, a instituição responsável pela oferta e a data da conclusão da pós-graduação *lato sensu*, estão descritos no Quadro 5.

Quadro 5 – Pós-graduação *lato sensu* realizada pelos mestrandos

Gestão estratégica da informação	UFMG	2012
Gestão pública e contábil	Inst. Sup. de Ed. de AfonsoCláudio (ES)	2009
Administração e sistemas de informação	UFF	2008

Gestão eletrônica de documentos	Centro Univ. Augusto Mota	2011
Gestão do patrimônio cultural da ciência e da saúde	Fundação Oswaldo Cruz	2011
Gerência de projetos	Universidade Cândido Mendes	2006
Planejamento, implementação e gestão da educação à distância	UFF	2010
Docência no ensino superior	Universidade Cândido Mendes	2007
Gestão estratégica do conhecimento e da inovação	UFES	2005

Fonte: elaborado pela autora.

Dois alunos, 20% do total, realizaram dois cursos de especialização.

Solicitamos, também, *Indique a razão que o levou a buscar o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos?* As razões pontuadas estão no Quadro 6.

Quadro 6 – Razões que levaram à procura pelo mestrado

1)	Aprofundar conhecimentos na área e utilizá-los na docência. A titulação facilitará a realização e divulgação de pesquisa na área.
2)	Inserção no meio acadêmico, visando à realização de pesquisas na área e a docência.
3)	Quando iniciei na atividade de Inteligência Policial, senti a necessidade de uma formação acadêmica que me desse suporte para atuar nessa área, a Arquivologia era, em minha opinião, a que melhor se enquadrava. Com a graduação em Arquivologia, aprofundei meus conhecimentos em Inteligência e passei a ministrar aulas em cursos na Academia de Polícia, então senti a necessidade de aprofundar ainda mais os conhecimentos e ter uma titulação que me atribuísse autoridade acadêmica.
4)	Como não sou formada em Arquivologia, escolhi o mestrado como melhor forma de me inserir na área.
5)	Formação profissional na área de atuação.
6)	Aprofundamento e experiência com pesquisa.
7)	Titulação <i>Stricto Sensu</i> para trabalhar na área acadêmica.
8)	Me tornar docente e ampliar minha formação.
9)	Realização pessoal
10)	A possibilidade de uma formação em nível de mestrado, em Arquivologia, para aprimoramento da minha atuação profissional.

Fonte: elaborado pela autora.

Verifica-se que, além dos 20% que já são professores no curso de Arquivologia da UFES, 40% dos respondentes estão interessados na docência. Com igual percentual, 40%, estão aqueles que percebem o mestrado como espaço propício para aprofundar conhecimentos. A oportunidade de realizar pesquisa na área também foi considerada por 20% dos alunos, e 10% destacou a importância da experiência da pós-graduação como fator de realização pessoal.

Vale ressaltar que o aluno, graduado em História, e que não possui graduação em Arquivologia, vê o mestrado com uma possibilidade de inserção na área apesar de já exercer atividade profissional, em Arquivologia, com cargo de chefia, em instituição arquivística pública a, aproximadamente, sete anos.

A pergunta *qual o problema de pesquisa da sua dissertação de mestrado?* não foi satisfatoriamente respondida. Algumas respostas registraram o provável título da dissertação, ou o assunto/tema a ser desenvolvido na pesquisa.

O Quadro 7 apresenta as respostas à pergunta referida no início do parágrafo anterior e, também, indica a linha de pesquisa do MPGA à qual o projeto está vinculado.

Quadro 7 – Problema da pesquisa e a linha na qual se insere

1.	Qual é o perfil do egresso do curso de Arquivologia da UFES?	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
2.	Proporei um produto técnico-científico: – um programa de capacitação em gestão de documentos.	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
3.	O acesso às informações dos prontuários do paciente nas instituições públicas de saúde	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
4.	Identificação de órgão produtor	Gestão da Iestão da i.de pesquisa a qual o projeto estspostas registraram o provntosnformação Arquivística
5.	Como o conceito de arquivos especiais aparece na prática das instituições arquivísticas públicas brasileiras? Este conceito ainda influencia a estrutura interna destas instituições?	Gestão da Iestão da i.de pesquisa a qual o projeto estspostas registraram o provntosnformação Arquivística
6.	A problematização da produção, uso e tratamento dos documentos de arquivos de pessoas, tais como: a construção de uma auto-imagem na produção dos arquivos, os arquivos como instrumentos de manutenção de identidades através de seu uso por instituições e a parcialidade do trabalho arquivístico.	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
7.	Transparência, burocracia e segregação social nos Arquivos Públicos.	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
8.	A instituição do espaço de memória do Sistema FIRJAN e sua utilização como recurso estratégico de gestão (empresarial).	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
9.	Qual a capacidade dos serviços arquivísticos dos órgãos federais atenderem à lei de acesso à informação	Arquivos, Arquivologia e Sociedade
10.	Como se dá o uso da informação arquivística necessária à realização das atividades profissionais dos servidores do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)?	Gestão da Informação Arquivística

Fonte: elaborado pela autora.

Ficou evidenciado que 70% das temáticas dos trabalhos estão vinculadas à linha de pesquisa *Arquivos, Arquivologia e Sociedade*, e 30% à linha de pesquisa *Gestão da Informação Arquivística*.

Por que você considera relevante a sua proposta de pesquisa para o Mestrado? foi a última pergunta do questionário, cujas respostas estão registradas no Quadro 8.

Quadro 8 – Relevância da proposta de pesquisa

1.	Não há pesquisa com essa temática, voltada para o perfil do egresso, no estado do Espírito Santo e o levantamento suprirá uma demanda do departamento de Arquivologia da UFES e da Associação de Arquivistas do Estado do Espírito Santo.
2.	Pela lacuna existente na área onde proponho o programa de capacitação.
3.	O acesso à informação é uma forma de afirmação da democracia para promoção da ciência e da cultura.
4.	Porque que não existe nenhuma norma que auxilie os arquivistas na realização desta tarefa.
5.	Porque preenche uma lacuna na área de arquivos especiais. Há pouca produção acadêmica específica para estes documentos.
6.	Por tratar de temas pouco debatidos na área arquivística que tradicionalmente, quando abordados, são sob um olhar oposto ao que proponho. Busco uma reflexão sobre meus problemas de pesquisa com pressupostos de parcialidade do arquivista, de não naturalidade e não espontaneidade na produção documental e que os objetivos desta produção podem comportar intenções imediatas e mediatas.
7.	Pois na dita “sociedade da informação” a necessidade de transparência dos governos é condição <i>sinequa non</i> à construção de um Estado Democrático.
8.	Percebo a instituição em que atuo como produtora de conhecimento (História da Indústria do Estado do Rio de Janeiro) e a mesma não possui, até o momento, uma área responsável pela preservação da memória institucional, o que pretendo propor.
9.	Porque irá contribuir para a análise do cenário arquivístico brasileiro, para a identificação dos impactos da lei na área.
10.	É significativo entender quais são as demandas de informação que estão sendo atendidas e, ainda, quais são as demandas que poderiam ser atendidas pelo arquivo da organização. Além disso, é relevante identificar que ações são realizadas pelos usuários após acessarem as informações arquivísticas para que seja possível aprimorar e desenvolver novos serviços de informação arquivística. O presente projeto de pesquisa se justifica, pois irá contribuir com a produção de conhecimento em Arquivologia no tema estudo de uso e de usuário de arquivologia.

Fonte: elaborado pela autora.

Na percepção dos alunos, há pouca produção de pesquisa acadêmico-científica em algumas áreas conforme declarado em 50% das respostas (1, 2, 4, 5 e 6). Tal constatação, somada ao interesse pessoal, motivou a investigação científica na área indicada.

Considerações finais

Em síntese, o perfil da primeira turma do MPGA pode ser assim descrito: não há predominância de gênero; 80% residem no estado do Rio de Janeiro; a faixa etária de maior incidência está entre 20-30 anos; 90% possuem graduação em Arquivologia; 40% possuem mais de uma graduação; 80% já realizaram pelo menos uma pós-graduação *lato sensu*; 100% estão empregados; 80% estão trabalhando a menos de dez anos na instituição atual; 80% trabalham diretamente com a Arquivologia; 60% são funcionários públicos; 80% trabalham oito horas/dia.

Ficou demonstrado que o interesse pelo mestrado tem por objetivo a docência nos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, bem como satisfazer necessidades individuais de mais conhecimento na área.

À luz dos dados coletados é possível dizer, também, que os alunos do MPGA desejam dar continuidade à formação iniciada na graduação, já que 80% cursou pelos menos um curso de especialização nos últimos oito anos o que demonstra esse envolvimento.

Vale destacar o interesse pelos aspectos histórico-sociais da Arquivologia contemporânea, proposição demonstrada por 70% dos mestrandos que desenvolverão suas dissertações em torno da linha de pesquisa *Arquivos, Arquivologia e Sociedade*.

A consolidação do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos se dará com o efetivo envolvimento dos alunos com sua formação, com a pesquisa na área, e a consequente difusão dos trabalhos elaborados.

Referências

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Qual é a diferença entre o mestrado acadêmico e o mestrado profissional?*. Brasília, DF, Jul. 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/2376-qual-e-a-diferenca-entre-o-mestrado-academico-e-o-mestrado-profissional>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Quais os tipos de pós-graduação existem e quais as suas diferenças?*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/duvidas-frequentes/62-pos-graduacao/3019-quais-os-tipos-de-pos-graduacao-existem-e-quais-as-suas-diferencas>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

COSTA, A. S. Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em ciência da informação. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 433-451.

FLORES, D.; PEDRAZZI, F. K.; RODRIGUES, S. R. da S. Impactos da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB) e do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Brasileiras (REUNI) na formação de arquivistas no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 160-180.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 53-75

- JARDIM, J. M. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALETIM, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a. p. 135-154.
- JARDIM, J. M. Desafios e perspectivas da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil: a proposta de mestrado profissional em gestão de documentos e Arquivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012b. p. 181-197.
- LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília, DF: Projecto Editorial, 2009.
- MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. A configuração da pesquisa em Arquivologia no Brasil: delineamento de seus espaços e temáticas. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I reunião brasileira de ensino e pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 77-107.
- MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.
- MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011. p. 441-446.
- OLIVERA, L. H. et al. La construcción de la archivística: una aproximación a la investigación científica a través de las tesis doctorales. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 34-65.
- SILVA, E. P. S. *A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia: 1996-2006*. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- SOUZA, K. I. M. *Arquivista, visibilidade profissional: formação associativismo e mercado de trabalho*. Brasília, DF: Starprint, 2011.
- SOUZA, K. I. M. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 129-159.
- SOUZA, R. T. B. de. Apresentação. In: VALETIM, M. L. P. (Org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 7-9.
- SZLEJCHER, A. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília: Thesaurus, 2011. p. 17-52.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Regulamento. Rio de Janeiro, c2010. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgda/regulamento>>. Acesso em: 4 de jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Edital n.º 1/2012. Rio de Janeiro, 2012.



fapesb 

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia